



TERMO DE REFERÊNCIA

(Elaborado nos termos Art. 6º, XXIII, da Lei Federal nº 14.133/21)

UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE				Gabinete da Presidência - GABPRES					
x	Serviços		Bens de Consumo		Bens Permanentes		Obras / Serviço de Engenharia		Outros
OBJETO		CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET 500MBPS.					PRAZO DE EXECUÇÃO	12 MESES	

01 - DO OBJETO

(Art. 6º, XXIII, a)

01.1. O objeto desse **TERMO DE REFERÊNCIA** é estabelecer parâmetros para **CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET**, com possibilidade de telefonia fixa pela internet (voIP), conforme especificações deste Termo de Referência e anexos.

02 - DA NATUREZA

(Art. 6º, XXIII, a)

02.1. Trata-se de contratação cuja natureza do objeto é considerada como serviço e fornecimento contínuo, nos termos do inciso X, do Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/21.

02.2. A contratação é considerada de caráter continuado, por estarem presentes os requisitos da essencialidade e da habitualidade, realizadas por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer o interesse público.

03 - DOS QUANTITATIVOS

(Art. 6º, XXIII, a)

03.1. As quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, acompanhadas das memórias de cálculo, foram elaboradas nos termos do inciso IV, do Art. 18, da Lei Federal nº 14.133/21, são apresentadas neste item.

03.2. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

a) As quantidades estimadas são apresentadas conforme Tabela 1 a seguir:

Tabela 1

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Ref.	Quantidade Total
1.	<u>Internet</u> Serviço de conectividade e comunicação de dados, instalação, manutenção e acesso à internet via fibra óptica com <i>link</i> dedicado de 500Mbps, destinados a atender à Câmara Municipal de Capapebus.	Serviço	12 (meses)

03.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS QUANTIDADES

03.3.1. A metodologia aplicada para atendimento ao disposto no inciso IV do §1º do art. 18º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece como um dos requisitos para licitação de obras e serviços a existência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, é apresentada nesta memória de cálculo.

03.3.2. Para composição dos custos do orçamento de todas as etapas dos serviços a serem realizados, baseou-se na execução em quantidades estimadas em função da discriminação detalhada na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2

Item	Descrição das etapas do Serviço	Und	Quantidade mensal	Nº de meses	Quantidade Total
A	B	C	D	E	F
1	Serviço de conectividade e comunicação de dados, instalação, manutenção e acesso à internet via fibra óptica com <i>link</i> dedicado de 500Mbps, destinados a atender à Câmara Municipal de Carapebus.	Serviço	01	12	01 Serviço com vigência para 12 meses

04 - DO PRAZO DO CONTRATO / PRORROGAÇÃO / ALTERAÇÃO (Art. 6º, XXIII, a)
--

04.1. DO PRAZO

04.1.1. O prazo para execução do contrato de serviço em tela dar-se-á num prazo máximo de **12 (doze) meses**;

04.1.2. Para fins de contagem de prazo contratual, o início da execução será a contar do dia seguinte do recebimento da **Ordem de Serviço**.

04.2. DA PRORROGAÇÃO

04.2.1. A duração do contrato poderá ser prorrogada, com as devidas justificativas, na forma prevista nos Artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante Termo de Aditamento.

04.3. DA ALTERAÇÃO PARA EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- a) O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para acréscimo, supressão, entre outros, no que couber, na forma prevista nos Artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante Termo de Aditamento.

04.4. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

a) **REAJUSTE**

- 1) Os preços relativos aos insumos, materiais e equipamentos do objeto deste contrato, no que couber, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento realizado pela Administração da CONTRATANTE poderão ser **reajustados** utilizando-se a variação do índice: **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 2) Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **Contratada**. Caso a **Contratada** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 3) A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto ao setor responsável pela análise.

- 4) O reajuste será formalizado por meio de Apostilamento ao contrato, caso aplicável.

b) REPACTUAÇÃO

- 1) NÃO será admitida a repactuação dos preços de contrato, por NÃO **tratar de contratação vinculada para os custos de mão de obra**, dispensando a observância de interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante, quanto aos preços de mercado, e da data do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo. A repactuação é espécie de reajuste.

c) REVISÃO

- 1) Poderá ser aplicada a REVISÃO às contratações para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em decorrência de fatores externos à relação contratual: em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.
- 2) A Revisão será formalizado por meio de Termo Aditivo ao contrato, caso aplicável.

05 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, b)

- 05.1. Justifica-se a presente contratação tendo em vista a necessidade de se adquirir link de internet para a Câmara municipal de Carapebus, uma vez que nos dias atuais todos os órgãos precisam estar conectados para a prestação de serviços essenciais ao público atendido, bem como para envio de informações aos órgãos requisitantes (como Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Prefeitura Municipal de Carapebus etc), dentre outros aspectos fundamentais que agilizam os serviços realizados via web.
- 05.2. O acesso à internet é imprescindível para qualquer organização se manter competitiva em sua área de atuação, de igual modo, esta Câmara Municipal dispõe deste recurso tecnológico, permitindo acompanhar as transformações sociais promovidas por esta solução e, conseqüentemente, prestar o devido serviço público, além disso, atualmente, os serviços de informática utilizados por esta Câmara Municipal são através de plataforma *web*, (intranet), que necessita de internet com qualidade superior para a perfeita funcionalidade. Por este motivo, optou-se por adquirir internet do tipo fibra óptica, sendo o tipo de internet atualmente utilizada por esta Administração e que atende plenamente aos objetivos da mesma.
- 05.3. Sua utilização é essencial tanto no âmbito administrativo quanto legislativo. No primeiro cenário é utilizada para acesso direto à internet, como por exemplo serviços intranet, sistemas de finanças e orçamento, sistemas de compras, sistemas de patrimônio, sistemas de controle interno, entre outros.
- 05.4. No segundo cenário, relacionado diretamente à atividade fim desta Câmara, é essencial para a transmissão das sessões legislativas e dos diversos atores envolvidos (como os servidores e vereadores que utilizam os serviços de informática via web) que “consomem” os dados disponibilizados pelo sistema de gestão pública.
- 05.5. Vale lembrar que os serviços de telecomunicações e internet foram considerados serviços essenciais, nos termos do Decreto nº 10.282 de março de 2020, logo, a aquisição desta solução significa manter os níveis de serviço oferecidos pela Câmara em consonância com as necessidades administrativas e legislativas.
- 05.6. Por todo o exposto, restou demonstrada a imprescindibilidade da solução para os cenários apresentados e, conseqüentemente, manter as atividades administrativas e legislativas desta Câmara Municipal. Ademais o atual fornecimento de internet trata-se de **link emergencial**

dedicado de internet de 500Mbps cedido pela nova empresa contratada pela Prefeitura Municipal, portanto é imperiosa a contratação para este objeto.

06 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

(Art. 6º, XXIII, c)

06.1. A descrição da solução como um todo, na forma prevista no Art. 18, VII da Lei Federal nº 14.133/21, é a apresentada a seguir:

06.2. A solução compreende o **fornecimento de internet 500 Mbps - link dedicado** para manter o funcionamento o funcionamento em relação às atividades laborativas da Câmara Municipal.,

06.3. A decisão da escolha por este modelo de contratação considera as vantagens decorrentes da melhor gestão e controle das despesas com o serviço proposto, uma vez que só se fará uma contratação, não havendo necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, dando maior eficácia e agilidade ao certame;

06.4. A contratação do objeto é oportuna em virtude da celeridade aos procedimentos administrativos e legislativos e revela-se oportuna e conveniente para esta Câmara Municipal.

06.5. Fornecimento de *link* de internet dedicado com largura de banda de 500Mbps, *full-duplex*, incluído serviço Anti-DDoS e especificações mínimas descritas abaixo:

- Perda de pacotes máxima de 0,5%;
- Latência máxima de 65 ms;
- Disponibilidade média mensal de no mínimo 99,8%;
- Suporte a pilha dupla IPv4 e IPv6;
- Não deve haver restrição de uso, operando 24h por dia, 7 dias na semana, sem limite de quantidade e nem restrição de dados trafegados, porta lógica ou serviço;
- O link fornecido deverá ser obrigatoriamente terrestre, através de fibras ópticas, sendo vedado o uso de satélite, par metálico, cabo ou rádio-enlace;
- Fornecimento de um bloco de IPv4's públicos de tamanho mínimo /29, e IPv6/64;
- Fechar a sessão BGP para anúncio dos blocos IPv4 e IPv6 da Câmara Municipal de Carapebus, com pelo menos 2 roteadores do Contratante;
- E fornecimento de 2 roteadores da Contratada em regime de comodato.

07 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, d)

07.1. A presente contratação ocorrerá na forma prevista pela Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, podendo ser dispensada a licitação nos termos do inciso II no Art. 75 da citada Lei, nas hipóteses legalmente previstas.

07.2. Em caso de licitação, o Setor de Compras (COMPRA) sugerirá a **modalidade licitatória** a ser aplicada para a presente despesa com a RATIFICAÇÃO do Chefe do Poder Legislativo.

07.3. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjuntode três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, nos termos do Art. 28 da Resolução CMC nº 005/2023, a critério do setor responsável pela pesquisa.

07.4. O valor estimado poderá ainda ser definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com a justificativa da escolha desses fornecedores e, com orçamentos obtidos em prazo não

superior a 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, conforme inciso IV, § 1º, Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

07.5. Em caso de impossibilidade de atendimento ao item 07.4, poderão ser adotadas formas combinadas para definição do valor estimado, previstas nos incisos I a V do § 1º, Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

07.6. Quando o valor estimado não ultrapassar o limite para licitação dispensável para os casos de serviços e compras, com valor alterado pelo Decreto Federal nº 11.871 de 29/12/23, ou seja, **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, a critério do COMPRA poderá ser considerada para efeito de contratação o melhor preço aferido nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

07.7. Em qualquer das hipóteses, será exigida informações e documentos necessários e suficientes para fins de **habilitação legal** da eventual contratada, na forma prevista do Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21, ressalvados os casos previstos no item 11 deste Termo.

07.8. Para formalização da sua proposta, fica facultada aos interessados a realização de visita técnica na sede da Câmara Municipal, situada na Praça da Matriz nº 19 – Centro – Carapebus/RJ de segunda a sexta-feira de 08:00 as 16:00, para conhecimento das condições locais para a execução do objeto, podendo ser agendada através do e-mail: secop@carapebus.rj.leg.br.

08 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Art. 6º, XXIII, e)

08.1. O modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos, deverá atender aos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa.

08.2. Para atender aos resultados pretendidos, a execução do objeto deverá obedecer ao disposto neste item.

08.3. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE, DE FORMA A PERMITIR A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

- a) Será considerada vencedora a empresa que apresentar a melhor proposta, atendendo as especificações e quantidades informadas neste Termo;
- b) Nas referidas propostas já deverão estar inclusas todas as despesas legais incidentes e as resultantes da prestação dos serviços;
- c) A Contratada deverá realizar a administração e gerenciamento de serviços fornecimento de internet através de *link* dedicado de 500 Mbps;
- d) Para atendimento do item acima, a contratada terá como atividades a assistência técnica, aprimoramento da rede de internet;
- e) Implantar e aperfeiçoar soluções efetivas de TIC orientadas às necessidades da Câmara Municipal de Carapebus;
- f) Garantir a disponibilidade de sistemas e serviços essenciais às atividades administrativas e legislativas;
- g) Garantir a adequação e modernização da infraestrutura, sistemas e serviços de TIC.=

08.4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

- 08.4.1. A contratada deverá atender a cada chamada técnica da contratante que será classificado em um dos 4 (quatro) níveis de severidade, assim disposto: **CRÍTICA, ALTA, MÉDIA e BAIXA**, respectivamente com prazos máximos de **02, 04, 24 e 36 horas corridas**, se for o caso, conforme o **ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL DE SEVERIDADE POR NÍVEL DE ACEITABILIDADE E GLOSAS APLICÁVEIS**
- 08.4.2. Em caso de descumprimento dos níveis de severidade nos respectivos níveis previstos, aplicar-se-á decréscimo no valor total da Nota Fiscal para cada unidade percentual abaixo do Nível Aceitável, através de glosas acumulativas, conforme o **ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL DE SEVERIDADE POR NÍVEL DE ACEITABILIDADE E GLOSAS APLICÁVEIS**
- 08.4.3. Para fins de atendimento deverá ser considerado o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Carapebus, de segunda a sexta das 08:00h às 16:00h, podendo, de acordo de ambas as partes, ser horário extra expediente.
- 08.4.4. Os serviços de manutenção/correção serão realizados de forma presencial nas dependências da contratante, sede Administrativa e Legislativa da CMC - sito Praça da Matriz, nº 19, Centro, Carapebus - RJ.
- 08.4.5. A contratada se responsabilizará pela apresentação de relação de profissionais autorizados a prestar serviço nas dependências da contratante, informando, de imediato substituições.
- 08.4.6. A contratante poderá pedir substituição dos profissionais a seu critério, caso esses demonstrem conduta nociva ou incapacidade técnica.
- 08.4.7. Em caráter excepcional, poderão ocorrer atendimentos sábados, domingos ou feriados para atendimento de necessidades emergenciais previamente comunicadas pela contratante ou para a conclusão de atendimentos pendentes.
- 08.4.8. A contratada se responsabilizará com toda e qualquer despesa com seus técnicos, incluindo encargos, deslocamento e alimentação.
- 08.4.9. A contratada se responsabilizará pelo levantamento de todas as peças, ferramentas e instrumentos necessários à manutenção, instalação e configuração dos equipamentos, encaminhando a contratante para possível aquisição, caso julgar necessário.
- 08.4.10. A contratada deverá fornecer pelo menos dois números de telefone fixo ou móvel e um endereço de correio eletrônico, bem como ferramentas para suporte técnico (acesso remoto, telemático e atendimento por Whatsapp) para o atendimento, esclarecimentos, observações, reclamações e similares quando for necessário.
- 08.4.11. A contratada se responsabilizará pelo fornecido junto a nota fiscal do relatório constando os detalhes de cada visita e/ou chamado.
- 08.4.12. Sempre que solicitado, a contratada deverá prestar esclarecimentos e atender a reclamações que possam surgir durante a execução do contrato.

09 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(Art. 6º, XXIII, f)

09.1. REGRAS GERAIS

- 09.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da **Contratante**, especialmente designados, na forma dos arts. 7 e 117 da Lei nº 14.133/21.
- 09.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 09.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **Contratada** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 09.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 09.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa **Contratada** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **Contratada**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 09.1.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações providenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 09.1.7. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- 1) **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
 - 2) **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
 - 3) **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
 - 4) **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente

em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;
e

- 5) **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, como objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela **Contratada** e sua rede credenciada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

- 09.1.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 09.1.9. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.
- 09.1.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **Contratada**:
- 1) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades **Contratadas**; ou
 - 2) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 09.1.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **Contratada** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 09.1.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **Contratada** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 09.1.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria **Contratada** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 09.1.14. A **Contratada** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 09.1.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à **Contratada** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 09.1.16. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 09.1.17. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e seus anexos;

09.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

09.2.1. São obrigações do Contratante:

- 09.2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 09.2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 09.2.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 09.2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 09.2.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 09.2.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 09.2.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal, através da Coordenadoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 09.2.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 09.2.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- 09.2.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

09.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 09.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 09.3.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 09.3.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
 - 09.3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II);
 - 09.3.1.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 09.3.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 09.3.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 09.3.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 09.3.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro, a empresa **Contratada** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 09.3.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 09.3.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 09.3.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 09.3.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 09.3.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 09.3.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 09.3.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 09.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 09.3.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 09.3.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116);

- 09.3.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único);
- 09.3.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 09.3.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 09.3.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

09.4. DA FISCALIZAÇÃO

- 09.4.1. As atividades de fiscalização de contratos a cargo do Fiscal de Contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

Fiscal do Contrato	Cargo / Função	Matricula
Tiago Azevedo de Mendonça Gomes	Gerente Administrativo	813

- 09.4.1.1. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato ou documento equivalente, para efeito de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração.
- 09.4.1.2. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, podendo ser auxiliado pelo Gestor de Contrato.
- 09.4.1.3. Recebimento provisório do objeto do contrato.

09.5. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 09.5.1. As atividades de gestão de contratos a cargo do Gestor de Contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

Gestor do Contrato	Cargo / Função	Matricula
Nekelle Junger Gava	Gestor de Contratos e Pagamentos	1080

- 09.5.1.1. Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial.
- 09.5.1.2. Coordenação dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto, dentre outros.
- 09.5.1.3. Recebimento definitivo do objeto do contrato.

10 - DOS CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(Art. 6º, XXIII, g)

10.1. DA MEDIÇÃO

- 10.1.1. O controle da execução do objeto será efetuado pelos fiscais de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 10.1.2. As parcelas serão medidas a cada 30 (trinta) dias da execução, contadas a partir do início da prestação de serviços com a emissão da **Ordem de Serviço**.
- 10.1.3. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias de execução os fiscais realizarão a totalização da medição para fins de controle e fechamento do período.
- 10.1.4. Ao final de cada período mensal, o Fiscal do contrato realizará a apuração do resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com previsto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **Contratada**, por meio da realização de glosas, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.
- 10.1.5. Após a aprovação na medição, a Nota/Documento Fiscal será emitida pela **Contratada**, atestada pela fiscalização do contrato e será providenciado o pagamento da execução realizada no período.
- 10.1.6. O recebimento do objeto será efetuado pelos fiscais na forma prevista no Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo recebido:
 1. Provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias ao final de cada período de faturamento, quando verificado pelo Fiscal o cumprimento das exigências técnicas/conformidade com exigências contratuais;
 2. Definitivamente, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento provisório final, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 10.1.7. O aceite/aprovação do objeto pela Câmara não exclui a responsabilidade civil da empresa **Contratada** por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 10.1.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

10.2. DO PAGAMENTO

- 10.2.1. A forma de pagamento do objeto dar-se-á **MENSALMENTE**, após aprovação pelos fiscais, em atendimento ao item 10.1 deste termo, mediante a entrada de documentos comprobatórios e demais disposições, devidamente processado e liquidado.
- 10.2.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2.3. O prazo de pagamento será em período não superior a 30 dias, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, no que couber, na forma prevista do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.2.4. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota/Documento Fiscal quando o órgão **Contratante** atestar a execução do objeto do contrato.

- 10.2.5. No caso de atraso pelo **Contratante**, os valores devidos ao contratado poderão ser atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.
- 10.2.6. A emissão da Nota/Documento Fiscal será precedida do recebimento do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
- 10.2.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o **Contratante** deverá comunicar a empresa para que emita a Nota/Documento Fiscal com o valor exato dimensionado.
- 10.2.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota/Documento Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato, caso aplicável; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.2.9. Havendo erro na apresentação da Nota/Documento Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 10.2.10. A Nota/Documento Fiscal deverá ser acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 10.2.11. A empresa vencedora entregará Nota/Documento Fiscal de execução do objeto com os dados da Câmara a seguir:

**“Câmara Municipal de Carapebus
Praça da Matriz nº 19 - Centro - Carapebus - RJ
CEP.: 27.998-000
Inscrição Estadual: Isenta
CNPJ: 01.635.780/0001-09”**

11 - DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(Art. 6º, XXIII, h)

11.1. DA FORMA DE SELEÇÃO

- a) A forma como o fornecedor será escolhido, seja por uma das modalidades de licitação, seja por uma contratação direta nas hipóteses previstas na legislação, ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, por decisão do Agente de Contratação.
- b) Caberá ao Setor de Compras (COMPRA) a realização de levantamento de mercado visando a identificação de empresas com atividade econômica compatível com o objeto a ser contratado, e, que apresentam, previamente, condições de atendimento, inclusive prazo, forma de execução e demais especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- c) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- d) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- e) A atividade da empresa terá que ser compatível com o objeto contratado.

11.2. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

- a) Os critérios de seleção são meios de diferenciar as propostas apresentadas e fazer sobressair a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.
- b) O julgamento das propostas será realizado de acordo com os critérios previstos no Art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21.
- c) Caberá ainda ao Setor de Compras (COMPRA) a definição do Edital, no que couber, a previsão dos critérios de habilitação, critérios técnicos, critérios de aceitabilidade, critérios de julgamentos das propostas, critérios de desempate visando a escolha da proposta mais vantajosa.

11.3. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- a) O regime de execução será por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total - na forma prevista no inciso XXIX do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21.

11.4. DA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DOS ORÇAMENTOS/PROPOSTAS

11.4.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 62 e 63 da Lei Federal nº 14.133/21, na forma a seguir:

1) HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do Ato Constitutivo da empresa e suas alterações, caso couber
- b) Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do responsável ou representante legal da empresa.

2) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa.
- b) Comprovante de regularidade perante a Fazenda federal ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Comprovante de regularidade perante a Fazenda estadual ou outra equivalente, na forma da lei, do domicílio ou sede do licitante,
- d) Comprovante de regularidade perante a Fazenda municipal ou outra equivalente, na forma da lei, do domicílio ou sede do licitante,
- e) Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Comprovante de regularidade relativa ao FGTS que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- h) Comprovante de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Declaração conjunta).

3) HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado ou certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme § 5º, Art 67 da Lei Federal nº 14.133/21.

4) HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (dispensada)

5) DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração Conjunta, conforme modelo.
b) Formulário Informativo, conforme modelo.

11.4.2. A Administração Pública poderá requerer os documentos oficiais para dirimir quaisquer dúvidas e/ou emitir novos documentos em sites oficiais para confirmação de sua autenticidade.

11.4.3. A critério do Setor de Compras, caso julgue necessário, poderá ser solicitado outros documentos de habilitação, incluindo econômico-financeira, ouvida a Procuradoria Jurídica.

12 - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, i)

12.1. A estimativa do valor que servirá de base para a pesquisa de mercado para o setor competente, é a encontrada no levantamento de preço em portais de domínio amplo e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), apresentada a seguir:

Item	Especificação	Portais de Domínio Amplo - Preço 1	Portais de Domínio Amplo - Preço 2	PNCP
A	B	C	D	E
1.	<u>Internet</u> Serviço de conectividade e comunicação de dados, instalação, manutenção e acesso à internet via fibra óptica com <i>link</i> dedicado de 500Mbps, destinados a atender à Câmara Municipal de Capapebus.	R\$ 2.999,00 (mensal)	R\$ 5.899,00	R\$ 3.730,00 (mensal)
Valor Global		R\$ 35.988,00	R\$ 70.788,00	R\$ 44.760,00

12.2. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, tendo por base a QUANTIDADE ESTIMADA e das MEMÓRIAS DE CÁLCULO, constarão de anexo após a pesquisa de preços de mercado a ser realizada pelo COMPRA, setor competente previsto na estrutura administrativa do Poder Legislativo.

12.3.

12.4. O valor de referência definido, assim como a Análise Crítica dos Orçamentos, Mapa Comparativo, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos comprobatórios da pesquisa realizada, serão anexados posteriormente ao presente processo, pelo Setor de Compras.

12.5. Para efeito de pesquisa de preços para definição do melhor valor a ser praticado pela Administração Pública, sem prejuízo de outras ações adotadas pelo COMPRA, a Câmara Municipal tratará da seguinte forma:

1. Do Orçamento: São cotações apresentadas pelas empresas que serão utilizadas para a verificação dos preços referenciais de mercado a serem praticados na contratação da despesa de acordo com a modalidade licitatória.

2. Da Proposta: A proposta é a cotação das empresas participantes do processo licitatório.

12.6. O valor de referência será definido através das regras previstas no Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21 e da utilização, no que couber, das metodologias descritas na IN SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

12.7. Na avaliação do caso concreto, quando for verificada a possibilidade e da DECISÃO pela **CONTRATAÇÃO DIRETA**, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, observadas as normas aplicáveis ao §1º do Art. 75 relativas ao somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, serão adotadas as medidas previstas no item 11.4 deste Termo de Referência.

12.8. Caberá ao Agente de Contratação a decisão de que trata o item anterior, podendo ainda negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, nos termos do Art. 61 da Lei Federal nº 14.133/21.

13 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 6º, XXIII, j)

13.1 - As despesas decorrentes das obrigações a serem assumidas são de fontes próprias e correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária do Exercício Financeiro de 2026:

. FICHA ORÇAMENTÁRIA Nº: 15

. PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 01.001.000.122.2.2.804.

. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

. FONTE: 1500

14 - DOS ANEXOS

Anexo I - Classificação de Nível de Severidade Quanto à Prestação do Serviço Por Nível de Aceitabilidade e Glosas Aplicáveis

Anexo II - Levantamento de Mercado



Estado do Rio de Janeiro, Carapebus, em 26 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Tiago Azevedo de Mendonça Gomes
Gerente Administrativo
Mat.: 813

Aprovado por:

Nikelle Junger Gava
Gestora de Contratos e Pagamentos
Mat.: 1080

Aprovado por:

Riverton França Pinto da Silva
Vereador Presidente
Ordenador de Despesa

ANEXO I

TABELA 1. CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL DE SEVERIDADE QUANTO À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR NÍVEL DE ACEITABILIDADE E GLOSAS APLICÁVEIS

SEVERIDADE QUANTO À FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO	DEFINIÇÃO	TEMPO DE REAÇÃO	NÍVEL ACEITÁVEL	GLOSAS APLICÁVEIS
CRÍTICA	É uma condição de emergência que paralisa a execução de qualquer procedimento, componente ou utilitário do equipamento, impedindo assim a utilização contínua de qualquer um dos recursos ou funcionalidades, tais como paralisação de microfones, caixas de som, ou demais casos em que exija a suspensão total das atividades .	Iniciado e solucionado em até 01 hora. A partir de 01 hora de atraso aplicar-se-á decréscimo a cada hora e/ou fração de hora.	Mínimo de 90% dos atendimentos dentro do tempo de reação	0,5% de decréscimo no valor total da Nota Fiscal para cada unidade percentual abaixo do Nível Aceitável
ALTA	É uma condição, onde um erro ou problema severo causa uma grave perda do potencial operacional do equipamento ou paralisa totalmente uma funcionalidade crítica em sua operação. Nesse caso, a operação do equipamento pode continuar de modo restrito e não existem alternativas disponíveis .	Iniciado solucionado em até 02 horas corridas . A partir de 3ª hora de atraso aplicar-se-á decréscimo a cada hora e/ou fração de hora.	Mínimo de 80% dos atendimentos dentro do tempo de reação	0,3% de decréscimo no valor total da Nota Fiscal para cada unidade percentual abaixo do Nível Aceitável
MÉDIA	A condição corresponde ao nível de severidade média ocorre, tipicamente, a partir de um erro detectado em uma funcionalidade do equipamento, que dificulta seus usuários na condução de suas atividades, embora existam alternativas disponíveis para tal .	Iniciados e solucionados em até 24 horas corridas . A partir da 25ª hora de atraso aplicar-se-á decréscimo a cada hora e/ou fração de hora.	Mínimo de 70% dos atendimentos dentro do tempo de reação	0,2% de decréscimo no valor total da Nota Fiscal para cada unidade percentual abaixo do Nível Aceitável.
BAIXA	A condição correspondente ao nível de severidade baixa não se refere à perda de funcionalidade do equipamento, e, portanto, não cria nenhum impacto grave em sua operação. Os chamados para suporte técnico nesta categoria de	Iniciados e solucionados em até 36 horas corridas . A partir da 37ª hora de atraso aplicar-se-á	Mínimo de 60% dos atendimentos dentro do tempo de reação	0,1% de decréscimo no valor total da Nota Fiscal para o mês de referência para cada unidade percentual



	severidade podem tratar de requisição de informações, melhorias ou esclarecimentos relativos à funcionalidade e documentação do equipamento.	decrécimo a cada hora e/ou fração de hora.		abaixo do NS Aceitável.
--	--	--	--	-------------------------



ANEXO II

Local: Cabo Frio/RJ **Órgão:** CABO FRIO CÂMARA MUNICIPAL **Unidade compradora:** 2974 - CÂMARA MUNICIPAL CABO FRIO/RJ

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto **Registro de preços:**

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 03/12/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 03/12/2025 12:02 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 17/12/2025 10:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 29880739000117-1-000026/2025 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Objeto:

[LICITANET] - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de internet via fibra ótica.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 71.223,00	R\$ 34.176,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
6835811	01 (um) link dedicado de 500 MB download / 500 MB upload, com 04 endereços IP fixos (IP/29) para 12 meses (valor anual)	1	R\$ 65.400,00	R\$ 65.400,00

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/29880739000117/2025/26>, acesso em 23/01/2026.

Quanto custa um link de internet dedicado?

Chegamos à pergunta principal: **quanto custa um link de internet dedicado?** O preço pode variar conforme a velocidade contratada, localização da empresa, tipo de tecnologia e até mesmo a operadora escolhida. A seguir, você confere uma média de valores praticados no mercado:

- **10MB Dedicado:** R\$ 499,00 a R\$ 899,00
- **20MB Dedicado:** R\$ 699,00 a R\$ 1.099,00
- **50MB Dedicado:** R\$ 899,00 a R\$ 1.599,00
- **100MB Dedicado:** R\$ 999,00 a R\$ 1.899,00
- **500MB Dedicado:** R\$ 2.999,00 a R\$ 5.899,00

Disponível em: https://iotconnect.com.br/quanto-custa-um-link-de-internet-dedicado/?srsltid=AfmBOoweG1Fw43GuqBDpg4eN21pm-MEgUjubhT3e2FJAjA_xPfCB_4, acesso em 23/01/2026.